

Informativo **FioPrev**



PUBLICAÇÃO DO FIOPREV • ANO VI • NÚMERO 49 - Relatório de Atividades 2010 • Maio de 2011

Relatório de Atividades 2010





Mensagem da diretoria

Caro Participante,

O ano de 2010 foi um ano importantíssimo para o FioPrev. Muitos desafios e obstáculos foram vencidos. Além de administrar o seu plano de previdência complementar, a diretoria do Instituto, a patrocinadora Fiocruz, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal conquistaram a autorização do funcionamento da Caixa de Assistência Oswaldo Cruz – FioSaúde como operadora do plano de saúde, até então, administrado pelo Instituto.

Com essa vitória o FioPrev focará sua administração exclusivamente no seu objetivo principal, que é administrar benefícios, serviços e investimentos relacionados à Previdência. O próximo passo da diretoria é avançar nas negociações em relação à regularização do plano BD-RJU junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Com isso, o FioPrev poderá oferecer um novo plano de benefícios instituído na modalidade de contribuição definida (CD).

A criação do plano CD além de beneficiar os participantes hoje inscritos no BD-RJU, também atenderá os servidores admitidos nos últimos concursos da Fundação Oswaldo Cruz, que ficaram impossibilitados de se inscreverem no FioPrev.

Agradecemos a confiança e contamos com seu apoio para os próximos passos a serem dados. Através deste Relatório, você, participante, poderá acompanhar o desempenho do FioPrev no ano 2010. Com a leitura das tabelas e devidas explicações é possível compreender os custos de gestão do FioPrev, investimento, situação atuarial e contábil. Participe, cuide do seu benefício maior.

Diretoria Executiva

Participantes

O FioPrev administra dois planos de previdência, o BD-RJU e o BD-FioPrev. O BD-RJU atende os servidores da Fiocruz contratados sob o Regime Jurídico Único. Já o BD-FioPrev contempla os funcionários da Fiocruz contratados pela CLT e, ainda, os empregados do Instituto, também CLT.

Os dois planos são da modalidade de benefício definido, o benefício é estipulado previamente, no momento da contratação do plano.

Investimentos

Nesta seção você conhecerá a composição da carteira e as aplicações financeiras que o FioPrev realizou em 2010 para preservar o seu patrimônio. Você terá acesso a um resumo da Política de Investimentos que contém as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo para gestão financeira dos recursos confiados ao FioPrev.

Demonstrações contábeis

Nesta seção você encontra o Balanço Patrimonial do FioPrev em 2010, consolidado e segmentado por planos de benefícios. O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de

uma entidade em um determinado período. O Balanço apresenta os Ativos – bens e direitos – e Passivos – exigibilidade e obrigações.

Também fazem parte das Demonstrações Contábeis, além das Notas Explicativas, os seguintes relatórios:

- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL (consolidada e por plano de benefício previdencial);
- Demonstração do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada);
- Demonstração das Obrigações Atuariais - DOAP (por plano de benefício previdencial).

Parecer atuarial

O Parecer atuarial é produzido pelo atuário após a realização de um estudo técnico que considera as características biométricas, demográficas e fluxo financeiro da massa de participantes para avaliar se o plano de custeio está adequado, visando o equilíbrio e a solvência do plano.

O parecer também aponta as causas do superávit ou déficit técnico atuarial. No caso de déficit técnico atuarial, indica

EXPEDIENTE

Patrocinadoras Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev • Conselho Deliberativo Leila de Mello Yañez Nogueira (Presidenta), Celso Cravo, Delson da Silva, Lucia Helena da Silva, Luiz Alberto Pereira, Jorge Tadeu Arruda, Maria Amália N. Monteiro, Sergio Munck, Sônia Aparecida Freitas de Pinho, Sueli Maria Motta Cardoso, Tibério de Moura Filho e Vanessa Costa e Silva • Conselho Editorial Carlos Magno Ramos, Claudia Abreu Campos, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto e Lucia Santa Cruz • Conselho Fiscal Maria Ieda Santos Cruz (Presidenta), Genésio Vincentin, José Francisco Pedra Martins, Licia de Oliveira, Luciana Vivório Cardoso, e Roberto da Cruz Alves • Diretoria Executiva Carlos Magno Ramos, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto • Ouvidora Lucia Santa Cruz • Publicação do FioPrev Nº 49 - Maio de 2011 • Jornalista Responsável Claudia Abreu Campos • Projeto Gráfico e Diagramação Bernard Design • Fotos Ricardo Brasil • Impressão Waprint Gráfica e Editora Ltda • Tiragem 6.000 exemplares.

possíveis soluções para o equacionamento. Como o FioPrev administra dois planos, o parecer atuarial é apresentado separadamente.

Parecer dos auditores independentes

Os auditores são contratados para examinar os balanços patrimoniais do FioPrev e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Os profissionais têm como responsabilidade expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Parecer do Conselho Fiscal

Depois de auditadas, as contas são verificadas pelo Conselho Fiscal da entidade, que tem o poder de aprová-las ou não.

Parecer do Conselho Deliberativo

O Parecer do Conselho Deliberativo é o documento final do Relatório de Atividades, no qual o CD avalia e aprova o Balanço, em conformidade com os pareceres Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Benefícios

Benefícios a que você tem direito como participante do BD-RJU

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para o participante considerado incapacitado para o trabalho que venha a se aposentar de forma proporcional pelo RJU.

Complementação de pensão por morte

O benefício dos participantes que recebem complementação de aposentadoria é revertido em pensão em caso de morte do titular. Não há pensão quando o servidor falecido está na ativa.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo servidor um pagamento único total igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante, relativo ao mês anterior ao falecimento.

Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo o participante que recebe complementação do FioPrev. Equivale ao 13º pago aos trabalhadores.

Atenção: Desde a publicação do Ofício 509, em março de 2007, expedido pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (atual PREVIC), o FioPrev está proibido de conceder novos benefícios de complementação de aposentadoria e de pensão não decorrentes de invalidez, por isso, o Conselho Deliberativo entendeu ser prudente suspender a inscrição de novos participantes no plano de previdência.

Benefícios a que você tem direito como participante do BD-FioPrev

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para trabalhadores aposentados pelo INSS por incapacidade de trabalho, como consequência do auxílio-doença ou de acidente incapacitante de qualquer natureza.

Complementação de aposentadoria por idade

Somente para participantes que se aposentam por idade pelo INSS. Exige 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Destinado aos que se aposentam por tempo de serviço pelo INSS. O participante deve ter no mínimo 58 anos de idade, 35 anos de serviço, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria especial

Destinada aos que se aposentam pelo INSS por exercerem atividade insalubre, perigosa ou periculosa, de acordo com a legislação previdenciária. É necessário ter 55 anos de idade, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de pensão por morte

Benefício destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS. O participante falecido precisa ter completado pelo menos 1 ano de vinculação à Patrocinadora. O pagamento da pensão equivale a 50% da complementação recebida mais 10% por cada dependente, chegando no máximo a 100%.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante o pagamento único total de uma importância em dinheiro igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante relativo ao mês precedente ao do falecimento.

O pecúlio é calculado pela média dos 12 últimos salários reais de benefício.

Complementação de auxílio-doença

Voltado aos participantes que estiverem licenciados pelo INSS por motivo de doença. Não há carência.

Complementação de auxílio-reclusão

Destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS e válido somente pelo período enquanto durar a reclusão. Não há carência. O cálculo feito é 50% da complementação da aposentadoria por invalidez que o participante teria direito somado a 10% por cada dependente não podendo ultrapassar os 100%.

Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo participante que receba complementação do FioPrev. Equivale ao 13º salário pago aos trabalhadores.

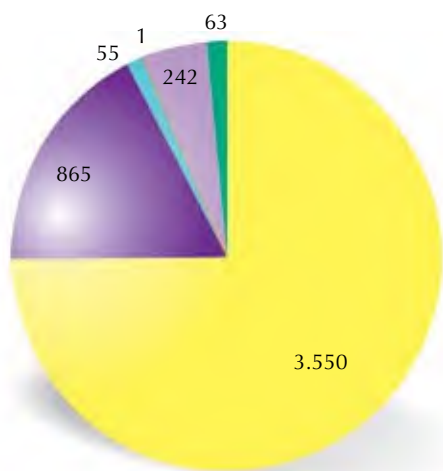


Participantes e os dados

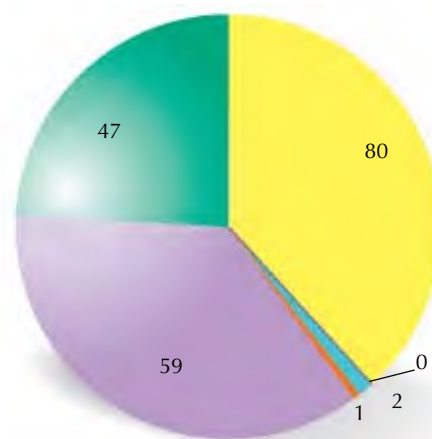
TABELAS E GRÁFICOS

	2008			2009			2010		
	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL
Ativos	70	3.615	3.685	73	3.541	3.614	80	3.470	3.550
Participantes para pecúlio	0	836	836	0	851	851	0	865	865
Autopatrocinados	2	50	52	2	54	56	2	53	55
BPD	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Assistidos	71	170	241	764	173	237	59	183	242
Pensionistas	43	16	59	45	18	63	47	16	63
Total	187	4.687	4.874	185	4.637	4.822	189	4.587	4.776

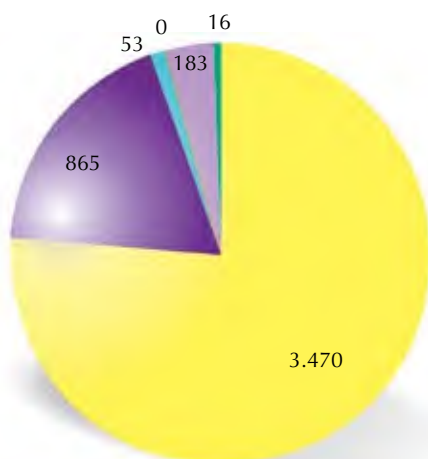
Total de Participantes 2010



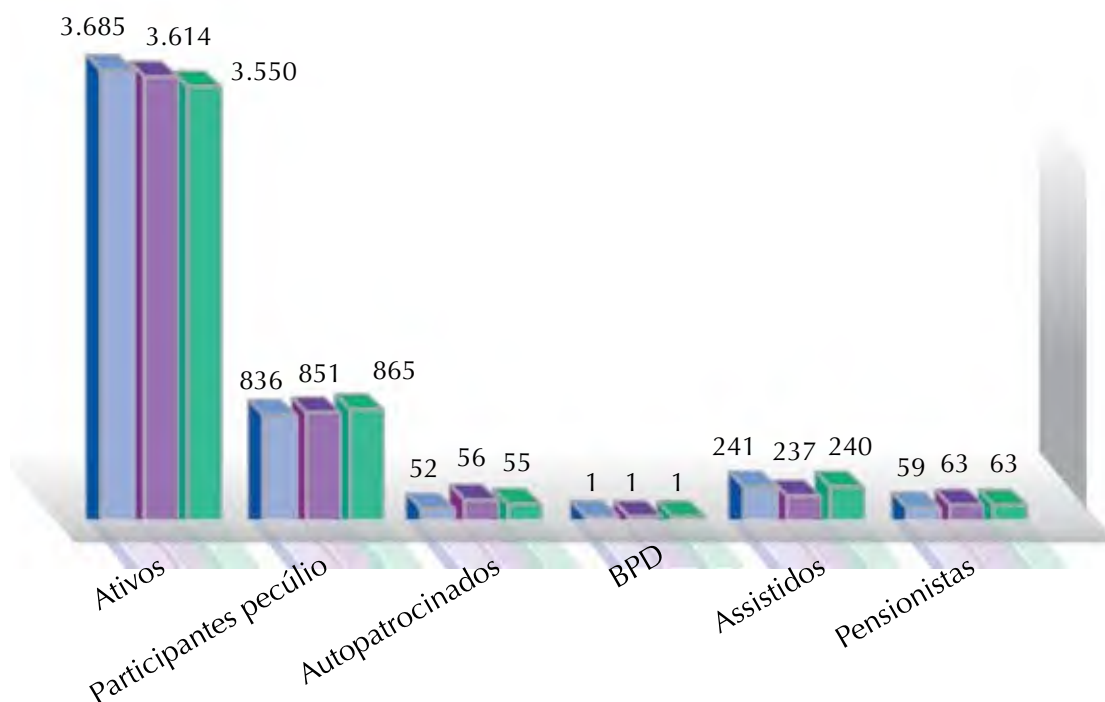
Participantes BD-FioPrev 2010



Participantes BD-RJU 2010



- Ativos
- Participantes pecúlio
- Autopatrocinados
- BPD
- Assistidos
- Pensionistas



Confira a seguir os montantes dos benefícios pagos em 2010, que representam o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes:

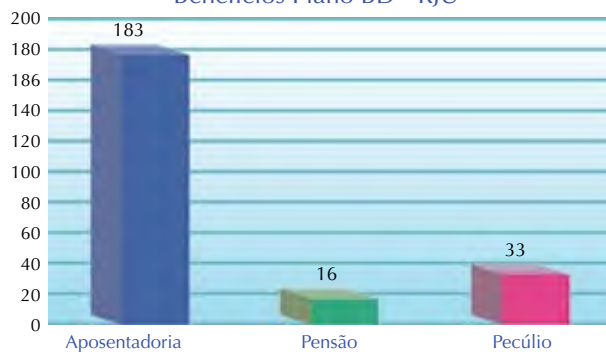
Benefícios pagos em 2010

	CLT		RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Aposentadoria	59	531.426,33	183	2.173.747,93	242	2.705.174,26
Tempo de Serviço	44	335.256,08	23	171.618,11	67	506.874,19
Idade	2	83.898,36	-	-	2	83.898,36
Compulsória	8	72.474,34	16	105.835,65	24	178.309,99
Especial	-	-	-	-	-	-
Invalidez	5	39.797,55	144	1.896.294,17	149	1.936.091,72
Auxílio Doença	1	2.907,68	-	-	1	2.907,68
Pensão	47	365.538,37	16	88.915,64	63	454.454,01
Pecúlio	4	79.509,02	33	2.115.776,91	37	2.195.285,93
Ativos	-	-	12	734.910,40	12	734.910,40
Participantes Pecúlio	-	-	16	1.124.330,51	16	1.124.330,51
Assistidos	4	79.509,02	5	256.536,00	9	336.045,02
Total	111	979.381,40	232	4.378.440,48	343	5.357.821,88
Resgate de Contribuição	4	21.435,03	-	-	4	21.435,03

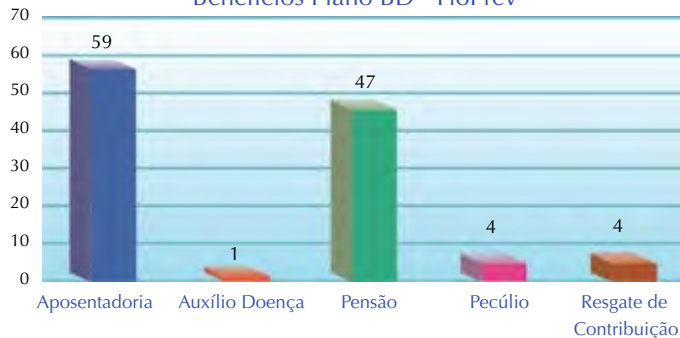
Observação: A concessão de empréstimos a participantes está suspensa desde 2009 devido a Resolução CMN nº3792, de 24/09/2009



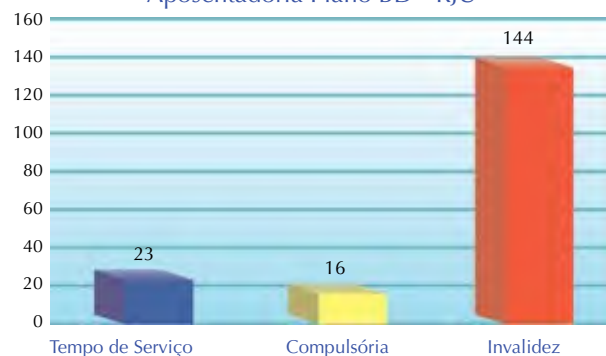
Benefícios Plano BD - RJU



Benefícios Plano BD - FioPrev



Aposentadoria Plano BD - RJU



Aposentadoria Plano BD - FioPrev



Investimentos

Tabela rentabilidades

Rentabilidades (%)													
	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Acumulado em 2010
Somatório dos Recursos do Plano	0,63	1,55	1,85	0,71	0,14	0,46	2,19	1,27	1,84	1,66	1,35	1,70	14,49
Segmento de Renda Fixa	1,09	1,39	1,63	-0,46	0,65	1,13	0,96	1,36	0,92	1,38	1,27	1,66	13,77
Segmento de Renda Variável	-4,53	4,24	4,92	-4,09	-9,31	-8,23	12,26	-3,06	10,47	1,85	-1,59	3,03	3,45
Segmento de Investimento Estruturado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segmento de Imóveis	0,63	0,66	0,60	0,63	0,63	0,64	0,64	0,64	0,64	0,67	0,64	0,67	7,96
Segmento de Empréstimos e Financiamentos	1,21	-0,32	0,79	0,47	0,32	0,99	28,07	11,62	11,61	11,40	12,90	0,03	107,77

Índices de referência (%)													
	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Acumulado em 2010
CDI	0,66	0,59	0,76	0,66	0,75	0,79	0,86	0,89	0,84	0,81	0,81	0,93	9,74
+ 0,70%	0,72	0,65	0,82	0,72	0,81	0,85	0,92	0,94	0,90	0,86	0,86	0,99	10,51
IPCA	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0,00	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	5,91
INPC	0,88	0,70	0,71	0,73	0,43	-0,11	-0,07	-0,07	0,54	0,92	1,03	0,60	6,47
INPC + 5%	1,29	1,11	1,12	1,14	0,84	0,30	0,34	0,34	0,95	1,33	1,44	1,01	11,79
IBOVESPA Fecha	-4,65	1,68	5,82	-4,04	-6,64	-3,35	10,80	-3,51	6,58	1,79	-4,20	2,36	1,04
IMA GERAL	0,98	1,09	1,31	0,56	0,67	0,99	1,29	1,39	0,75	1,23	0,64	1,39	12,98

VaR dos Segmentos													
	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Acumulado em 2010
Segmento de Renda Fixa	0,09	0,09	0,07	0,14	0,14	0,14	0,16	0,16	0,13	0,16	0,18	0,17	-
Segmento de Renda Variável	2,76	2,85	2,05	2,22	2,92	2,96	2,76	2,79	2,35	2,23	2,27	1,99	-
Consolidado	0,26	0,24	0,19	0,26	0,29	0,26	0,26	0,25	0,23	0,29	0,27	0,25	-

Obs: O VaR dos segmentos calculados com horizonte de tempo de 1 dia útil.
 Dados fornecidos pela empresa de consultoria financeira Risk Office

Composição da Carteira de Investimento do FioPrev

Performance dos Investimentos

Rentabilidade por Segmento

Segmento	Rentabilidade %																
	Jan	Fev	Mar	1ºTri	Abr	Mai	Jun	2ºTri	Jul	Ago	Set	3ºTri	Out	Nov	Dez	4ºTri	Ano
Renda Fixa	1,09	1,38	1,62	4,15	-0,45	0,65	1,13	1,33	0,96	1,36	0,92	3,28	1,38	1,27	1,66	4,37	13,76
Renda Variável	-4,49	4,24	-4,91	4,44	-4,05	-9,91	-8,22	-20,67	12,24	-3,03	10,60	20,38	1,85	-1,23	3,03	3,64	3,37
Imóveis	0,36	0,66	0,61	1,92	0,64	0,64	0,64	1,93	0,64	0,64	0,64	1,94	0,67	0,64	0,68	2,01	8,01
Operações c/ Participantes	1,54	-0,57	0,83	1,80	0,53	0,37	1,03	1,95	27,71	11,49	11,54	58,81	11,31	12,79	0,02	25,58	106,98
Empréstimos RJU	1,27	-0,33	0,83	1,77	0,49	0,34	1,04	1,89	29,26	11,97	11,96	62,05	11,67	13,15	0,03	26,39	112,36
Empréstimos CLT	6,19	-4,46	0,94	2,41	1,21	0,89	0,85	2,98	0,21	0,25	0,16	0,63	-0,07	-0,11	-0,23	-0,41	5,69
Consolidado	0,64	1,54	1,84	4,08	-0,71	-0,18	0,46	-0,43	2,19	1,27	1,83	5,37	1,66	1,38	1,71	4,81	14,46

Índices de Mercado

Índice %	Jan	Fev	Mar	1ºTri	Abr	Mai	Jun	2ºTri	Jul	Ago	Set	3ºTri	Out	Nov	Dez	4ºTri	Ano
TMA ¹	1,29	1,11	1,12	3,56	1,14	0,84	0,30	2,29	0,34	0,34	0,95	1,63	1,33	1,44	1,01	3,83	11,79
INPC	0,88	0,70	0,71	2,31	0,73	0,43	-0,11	1,05	-0,07	-0,07	0,54	0,40	0,92	1,03	0,60	2,57	6,47
IPCA	0,75	0,78	0,52	2,06	0,57	0,43	0,00	1,00	0,01	0,04	0,45	0,50	0,75	0,83	0,63	2,23	5,91
IGP-M	0,63	1,18	0,94	2,78	0,77	1,19	0,85	2,83	0,15	0,77	1,15	2,09	1,01	1,45	0,69	3,18	11,32
SELIC	0,66	0,59	0,76	2,03	0,67	0,75	0,79	2,23	0,86	0,89	0,85	2,62	0,81	0,81	0,93	2,56	9,78
CDI	0,66	0,59	0,76	2,02	0,66	0,75	0,79	2,22	0,86	0,89	0,84	2,61	0,81	0,81	0,93	2,56	9,75
IBOV MÉDIO	-3,25	0,34	5,76	2,67	-3,37	-7,72	-1,53	-12,20	9,37	-3,42	6,73	12,74	1,82	-3,76	2,07	0,01	1,63
IBOV FECHAMENTO	-4,65	1,68	5,82	2,60	-4,04	-6,64	-3,35	-13,41	10,80	-3,51	6,58	13,94	1,79	-4,20	2,36	-0,18	1,04
IMA GERAL	0,98	1,09	1,31	3,41	0,56	0,67	0,99	2,23	1,29	1,39	0,75	3,46	1,23	0,64	1,39	3,29	12,98

¹ A taxa de juros adotada nas avaliações e projeções atuariais do plano BD - CLT e BD - RJU é de 5% e o indexador é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE.

Relatório de Política de Investimento - FioPrev

Referência: 31/12/2010

Renda Fixa	180.451.751,98
Renda Variável	16.183.183,31
Estruturado	4.570.793,12
Exterior	-
Imóveis	2.879.588,43
Empréstimos e Financiamentos	5.689.298,51
Patrimônio Líquido da Fundação	210.092.825,07

Segmento	Aplicação	% PL da Fundação	% Mínimo	% Máximo	Status
Renda Fixa	180.451.751,98	85,89%	0,00%	100,00%	Enquadrado
Renda Variável	16.183.183,31	7,70%	0,00%	30,00%	Enquadrado
Estruturado	4.570.793,12	2,18%	0,00%	20,00%	Enquadrado
Exterior	-	0,00%	0,00%	10,00%	Enquadrado
Imóveis	2.879.588,43	1,37%	0,00%	8,00%	Enquadrado
Empréstimos e Fin. Imobiliários	5.689.298,51	2,71%	0,00%	15,00%	Enquadrado

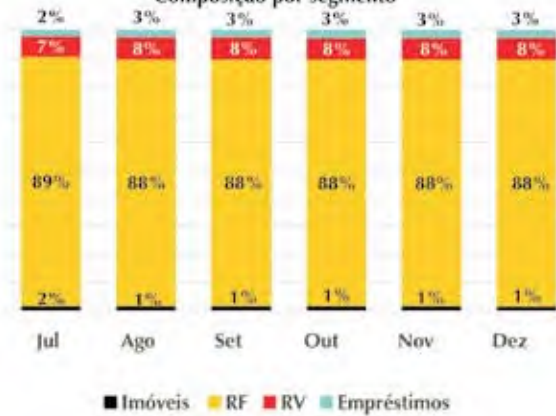


Relatório Gerencial de Investimento

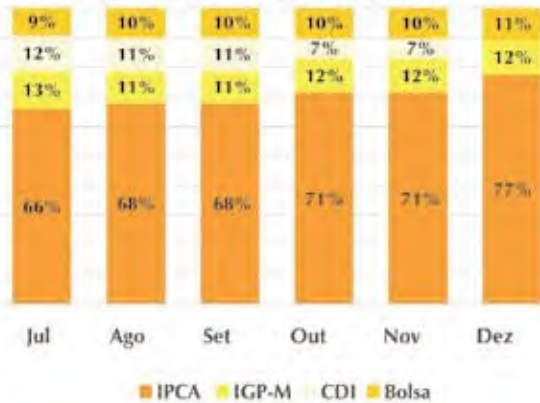
Gestão própria x gestão terceirizada



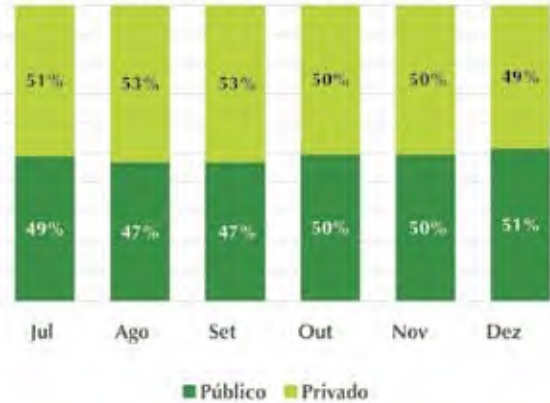
Composição por segmento



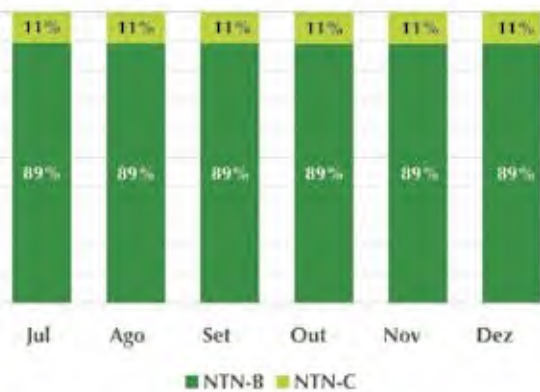
Composição por indexador (cart. própria)



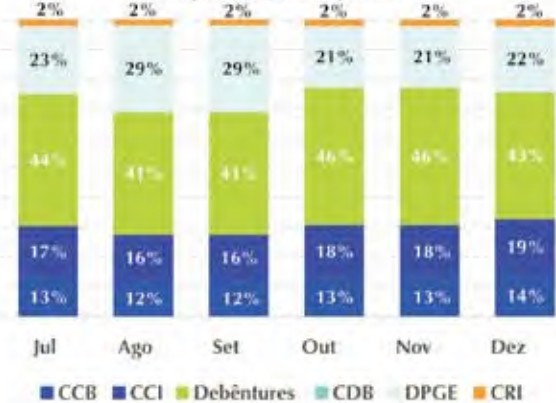
Crédito público e privado (cart. própria)



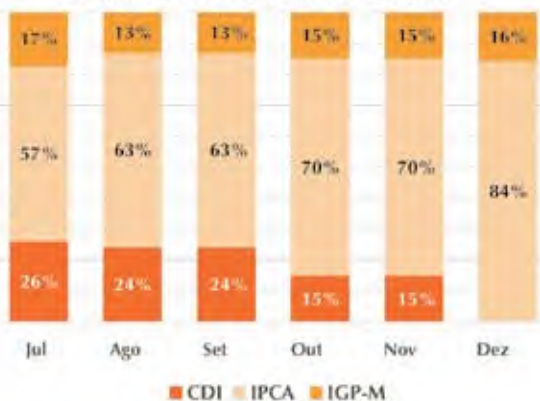
Composição de crédito público



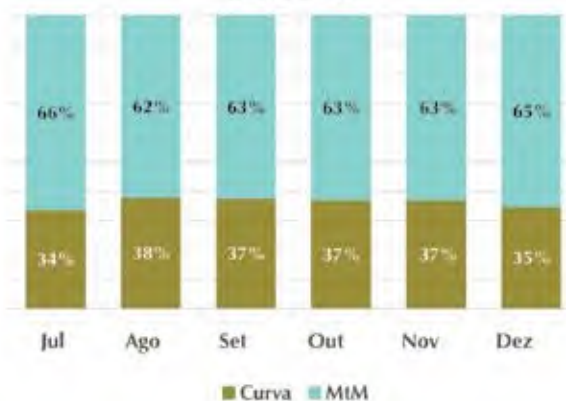
Composição crédito privado



Composição crédito privado (cart. própria)



MIM x Curva



Desempenho

RENTABILIDADE EM RENDA FIXA

Análise comparativa: mediana das entidades e índices de mercado

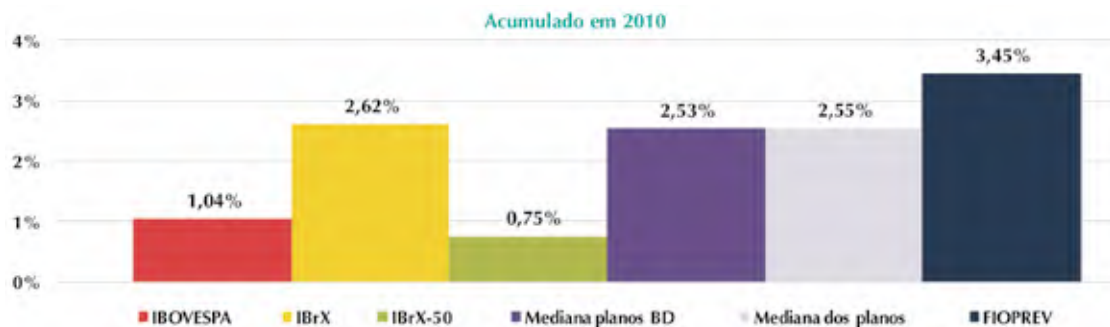
Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Em 2010 anualizado
1.09%	1.39%	1.63%	-0.46%	0.65%	1.13%	0.96%	1.36%	0.92%	1.38%	1.27%	1.66%	13.77%
0.90%	1.10%	1.17%	0.78%	0.80%	0.86%	0.89%	1.00%	0.90%	1.22%	1.05%	1.26%	12.64%
1.02%	1.22%	1.23%	0.98%	0.91%	0.84%	0.82%	0.98%	0.96%	1.27%	1.21%	1.29%	13.20%
0.72%	0.65%	0.82%	0.72%	0.81%	0.85%	0.92%	0.94%	0.90%	0.86%	0.86%	0.99%	10.51%
1.37%	1.19%	1.20%	1.22%	0.92%	0.38%	0.42%	0.42%	1.03%	1.41%	1.52%	1.09%	12.85%
1.29%	1.11%	1.12%	1.14%	0.84%	0.30%	0.34%	0.34%	0.95%	1.33%	1.44%	1.01%	11.79%
0.82%	0.94%	1.12%	0.67%	0.42%	0.93%	1.07%	1.22%	0.75%	1.16%	0.83%	1.37%	11.90%



RENTABILIDADE EM RENDA VARIÁVEL

Análise comparativa: mediana das entidades e índices de mercado

Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Em 2010 anualizado
-4.53%	4.24%	4.92%	-4.09%	-9.31%	-8.23%	12.26%	-3.06%	10.47%	1.85%	-1.59%	3.03%	3.45%
-3.82%	1.30%	5.10%	-3.74%	-6.24%	-4.27%	10.46%	-3.20%	6.60%	1.77%	-3.11%	2.91%	2.55%
-3.76%	1.40%	5.01%	-3.76%	-6.47%	-3.84%	10.46%	-2.97%	6.44%	1.79%	-2.85%	2.75%	2.53%
-4.65%	1.68%	5.82%	-4.04%	-6.64%	-3.35%	10.80%	-3.51%	6.58%	1.79%	-4.20%	2.36%	1.04%
-4.22%	1.14%	5.21%	-3.70%	-5.98%	-4.71%	11.00%	-3.39%	6.93%	1.67%	-3.26%	3.47%	2.62%
-4.47%	1.29%	5.97%	-4.11%	-6.46%	-5.71%	11.56%	-3.99%	7.17%	1.29%	-3.69%	3.74%	0.75%

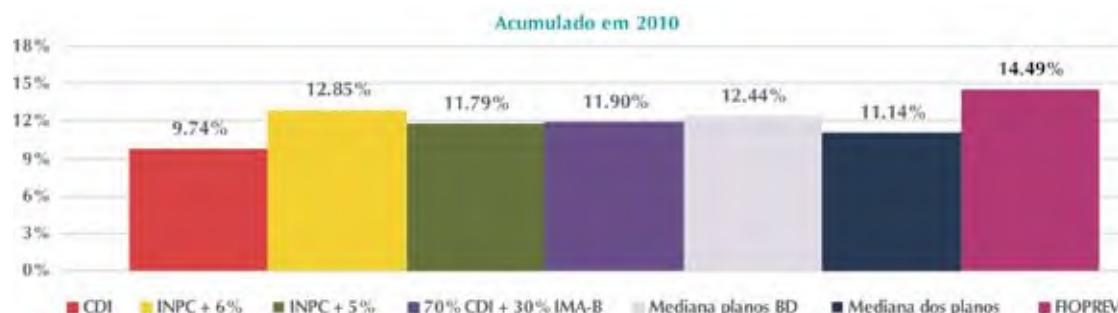


RENTABILIDADE CONSOLIDADA

Análise comparativa: mediana das entidades e índices de mercado

Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	Em 2010 anualizado
0.63%	1.55%	1.85%	-0.71%	-0.14%	0.46%	2.19%	1.27%	1.84%	1.66%	1.35%	1.70%	14.49%
0.33%	1.13%	1.72%	0.19%	-0.14%	0.31%	2.21%	0.51%	1.65%	1.28%	0.54%	1.54%	11.14%
0.48%	1.26%	1.71%	0.42%	0.00%	0.36%	2.03%	0.56%	1.53%	1.32%	0.73%	1.55%	12.44%
0.66%	0.59%	0.76%	0.66%	0.75%	0.79%	0.86%	0.89%	0.84%	0.81%	0.81%	0.93%	9.74%
1.37%	1.19%	1.20%	1.22%	0.92%	0.38%	0.42%	0.42%	1.03%	1.41%	1.52%	1.09%	12.85%
1.29%	1.11%	1.12%	1.14%	0.84%	0.30%	0.34%	0.34%	0.95%	1.33%	1.44%	1.01%	11.79%
0.82%	0.94%	1.12%	0.67%	0.42%	0.93%	1.07%	1.22%	0.75%	1.16%	0.83%	1.37%	11.90%

Considera os investimentos em operações com participantes (empréstimos) e imóveis.





Política de Investimentos

A Política de Investimentos contém os parâmetros para a gestão dos recursos financeiros do plano de previdência. Ela é um instrumento de longo prazo que estabelece os objetivos e os rumos dos investimentos feitos pelo FioPrev. É aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo e operacionalizada pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Administrativa e Financeira. Cada plano de benefício possui uma política de investimentos, adequada à sua realidade e à meta atuarial. Confira os dados:

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 477-FIOPREV

Plano de Benefícios: 1985000318-PLANO BD - FIOPREV

Exercício: 2010

Data de Geração: 11/01/2010 16:29:02

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 08/2009

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 10/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	Jacques Mendes Meyohas	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Relatório Resumo de Políticas de Investimento**Entidade:** 477-FIOPREV**Plano de Benefícios:** 1991000138-PLANO BD - RJU**Exercício:** 2010**Data de Geração:** 11/01/2010 16:38:18**Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência**

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	6,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 08/2009

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 10/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	Jacques Mendes Meyohas	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES

Em relação a gestão terceirizada, vale ressaltar que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição.



Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 477-FIOPREV

Plano de Gestão Administrativa

Exercício: 2010

Data de Geração: 20/10/2010 16:45:08

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência : 01/2010 a 12/2010

Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros
100,00%	PLANO	100,00%	INPC	6,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 03/2009

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 17/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	JACQUES MENDES MEYOHAS	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES

Em relação a gestão terceirizada, vale ressaltar que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição.

Demonstrações Contábeis

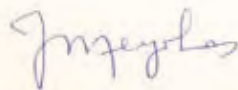
Balanço Patrimonial Consolidado

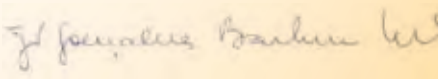
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

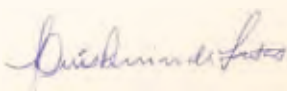
Ativo			Passivo	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	133	8	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.139	896
REALIZÁVEL	212.952	187.201	Gestão Previdencial	1.188	545
Gestão Previdencial	849	942	Gestão Administrativa	951	351
Gestão Administrativa	2.143	1.094	Investimentos	-	-
Investimentos	209.960	185.165	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	995	821
Títulos Públicos	69.601	62.615	Gestão Administrativa	995	821
Créditos Privados e Depósitos	65.768	70.933	PATRIMÔNIO SOCIAL	210.162	185.695
Ações	16.183	15.038	Patrimônio de Cobertura do Plano	133.714	119.100
Fundos de Investimentos	49.434	28.367	Provisões Matemáticas	50.769	47.173
Investimentos Imobiliários	2.947	3.008	Benefícios Concedidos	41.372	38.001
Empréstimos	6.027	5.204	Benefícios a Conceder	9.397	9.172
PERMANENTE	211	203	Equilíbrio Técnico	82.945	71.927
Imobilizado	196	156	Resultados Realizados	82.945	71.927
Intangível	15	47	Superávit Técnico Acumulado	82.945	71.927
GESTÃO ASSISTENCIAL	16.031	17.007	Fundos	76.448	66.595
			Fundos Previdenciais	69.475	60.315
			Fundos Administrativos	5.480	4.980
			Fundos de Investimentos	1.493	1.300
			GESTÃO ASSISTENCIAL	16.031	17.007
TOTAL DO ATIVO	229.327	204.419	TOTAL DO PASSIVO	229.327	204.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Carlos Magno Ramos
 Diretor Superintendente
 C PF.: 367.575.197-04


 Jacques Mendes Meyohas
 Diretor Administrativo e Financeiro
 CPF.: 893.164.107-97


 João Gonçalves Barbosa Neto
 Diretor de Assistência
 CPF.: 227.184.607-25


 Luis Pereira de Freitas
 Contador
 CRC.: RJ 034.521/O-9
 CPF.: 215.018.587-34



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRICH �O		R\$ mil		
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		196.422	170.600	15,14
1. Adic�es		89.527	85.843	4,29
(+)	Contribui�es Previdenciais	5.715	4.570	25,05
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.531	22.663	3,83
(+)	Receitas Administrativas	2.588	3.173	-18,44
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	674	622	8,36
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	-	13	-100,00
(+)	Receitas Assistenciais	57.019	54.802	4,05
2. Destina�es		(66.729)	(60.021)	11,18
(-)	Benefícios	(5.472)	(5.339)	2,49
(-)	Despesas Administrativas	(2.588)	(2.987)	-13,36
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(174)	(821)	-78,81
(-)	Constitui�o de Fundos - Gestão Administrativa	(500)	-	0,00
(-)	Despesas Assistenciais	(57.995)	(50.874)	14,00
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)		22.798	25.822	-11,71
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.596	(17.594)	120,44
(+/-)	Fundos Previdenciais	9.160	7.406	23,68
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11.018	32.082	-65,66
(+/-)	Gestão Assistencial	(976)	3.928	-124,85
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		219.220	196.422	11,61
C) FUNDOS N �O PREVIDENCIAIS		6.973	6.280	11,04
(+/-)	Fundos Administrativos	5.480	4.980	10,04
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.493	1.300	14,85

As notas explicativas s  o parte integrante das demonstra es contábeis

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - Plano BD-RJU

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRICH �O		R\$ mil		
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		131.229	114.365	14,75
1. Adic�es		23.319	21.962	6,18
(+)	Contribui�es	5.374	5.079	5,81
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.945	16.883	6,29
2. Destina�es		(4.494)	(5.098)	-11,85
(-)	Benefícios	(4.494)	(4.338)	3,60
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Custeio Administrativo	-	(760)	-100,00
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)		18.825	16.864	11,63
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.541	(19.129)	118,51
(+/-)	Fundos Previdenciais	9.160	7.406	23,68
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	6.124	28.587	-78,58
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		150.054	131.229	14,35
C) FUNDOS N �O PREVIDENCIAIS		5.783	5.206	11,08
(+/-)	Fundos Administrativos	4.670	4.246	9,99
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.113	960	15,94

As notas explicativas s  o parte integrante das demonstra es contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano BD-CLT

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIPÇÃO		R\$ mil		
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		48.186	43.156	11,66
1. Adic�es		5.927	6.075	-2,44
(+)	Contribuições	341	295	15,59
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.586	5.780	-3,36
2. Destinações		(978)	(1.045)	-6,41
(-)	Benefícios	(978)	(1.001)	-2,30
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Custeio Administrativo	-	(44)	-100,00
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)		4.949	5.030	-1,61
(+/-)	Provisões Matemáticas	55	1.535	-96,42
(+/-)	Fundos Previdenciais	-	-	-
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.894	3.495	40,03
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		53.135	48.186	10,27
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		1.190	1.075	10,70
(+/-)	Fundos Administrativos	810	735	10,20
(+/-)	Fundos dos Investimentos	380	340	11,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - PGA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIPÇÃO		R\$ mil		
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		4.980	4.993	-0,26
1. Adic�es		3.262	3.795	-14,04
(+)	Receitas Administrativas	2.588	3.173	-18,44
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	674	622	8,36
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	-	13	-100,00
2. Destinações		(2.762)	(3.808)	-27,47
(-)	Despesas Administrativas	(2.588)	(2.987)	-13,36
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(174)	(821)	-78,81
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)		500	-	-
(+/-)	Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	500	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		5.480	4.993	9,75
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		5.480	4.980	10,04
(+/-)	Fundos Administrativos	5.480	4.980	10,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD-RJU

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	156.349	136.893	14,21
Disponível	94	6	1.466,67
Recebível	6.298	5.171	21,79
Investimento	149.957	131.716	13,85
Títulos Públicos	48.966	44.006	11,27
Créditos Privados e Depósitos	46.490	49.851	(6,74)
Ações	11.127	10.314	7,88
Fundos de Investimentos	35.405	20.506	72,66
Investimentos Imobiliários	2.071	2.114	(2,03)
Empréstimos	5.898	4.925	19,76
2. OBRIGAÇÕES	512	459	11,55
Operacional	512	459	11,55
Contingencial	-	-	-
3. Fundos não Previdenciais	5.783	5.205	11,10
Fundos Administrativos	4.670	4.245	10,01
Fundos dos Investimentos	1.113	960	15,94
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	150.054	131.229	14,35
Provisões Matemáticas	33.663	30.122	11,76
Superávit/Déficit Técnico	46.916	40.792	15,01
Fundos Previdenciais	69.475	60.315	15,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD-CLT

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	55.001	49.347	11,46
Disponível	34	2	1.600,00
Recebível	827	752	9,97
Investimento	54.140	48.593	11,42
Títulos Públicos	18.738	16.922	10,73
Créditos Privados e Depósitos	17.299	19.170	(9,76)
Ações	4.621	4.323	6,89
Fundos de Investimentos	12.556	7.087	77,17
Investimentos Imobiliários	797	813	(1,97)
Empréstimos	129	278	(53,60)
2. OBRIGAÇÕES	676	86	686,05
Operacional	676	86	686,05
Contingencial	-	-	-
3. Fundos não Previdenciais	1.190	1.075	10,70
Fundos Administrativos	810	735	10,20
Fundos dos Investimentos	380	340	11,76
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	53.135	48.186	10,27
Provisões Matemáticas	17.106	17.051	0,32
Superávit/Déficit Técnico	36.029	31.135	15,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido - Plano PGA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCR IÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição (%)
1. ATIVOS	7.426	6.153	20,69
Disponível	4	1	300,00
Receível	1.348	1.094	23,22
Investimento	5.863	4.855	20,76
Títulos Públicos	1.897	1.687	12,45
Créditos Privados e Depósitos	1.978	1.912	3,45
Ações	435	400	8,75
Fundos de Investimentos	1.474	775	90,19
Investimentos Imobiliários	79	81	(2,47)
Permanente	211	203	3,94
2. OBRIGAÇÕES	1.946	1.173	65,90
Operacional	951	352	170,17
Contingencial	995	821	21,19
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
Fundos Administrativos	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	5.480	4.980	10,04
Fundos Administrativos	5.480	4.980	10,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCR IÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.980	4.993	(0,26)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.262	3.795	(14,04)
1.1. RECEITAS	3.262	3.795	(14,04)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.319	805	63,85
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.269	2.365	(46,34)
Resultado Positivo dos Investimentos	674	623	8,19
Reversão de Contingências	-	-	-
Outras Receitas	-	2	(100,00)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.762	3.808	(27,47)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	1.493	1.441	3,61
Pessoal e Encargos	784	297	163,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	3	2	50,00
Viagens e Estádias	20	9	122,22
Serviços de Terceiros	286	167	71,26
Despesas Gerais	200	138	44,93
Depreciações e Amortizações	26	7	271,43
Contingências	174	821	(78,81)
Outras Despesas	-	-	-
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	1.269	2.367	(46,39)
Pessoal e Encargos	912	1.684	(45,84)
Treinamentos/Congressos e Seminários	9	12	(25,00)
Viagens e Estádias	1	23	(95,65)
Serviços de Terceiros	274	403	(32,01)
Despesas Gerais	69	205	(66,34)
Depreciações e Amortizações	4	40	(90,00)
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-
2.3. ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	-	-	-
2.4. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	500	(13)	3.946,15
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	500	(13)	3.946,15
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	5.480	4.980	10,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios BD-RJU

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2)	80.579	70.914	13,63
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	33.663	30.122	11,76
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	33.663	30.122	11,76
Benefício Definido	33.663	30.122	11,76
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-	-
Benefício Definido	-	-	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	46.916	40.792	15,01
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	46.916	40.792	15,01
Superávit Técnico Acumulado	46.916	40.792	15,01
Reserva de Contingência	8.415	7.531	11,74
Reserva para Revisão de Plano	38.501	33.261	15,75

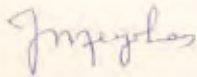
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

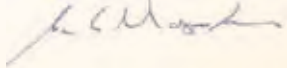
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios BD-CLT

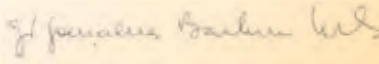
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

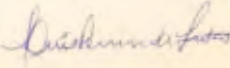
DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2)	53.135	48.186	10,27
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	17.106	17.051	0,32
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	7.709	7.879	(2,16)
Benefício Definido	7.709	7.879	(2,16)
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	9.397	9.172	2,45
Benefício Definido	9.397	9.172	2,45
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	36.029	31.135	15,72
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	36.029	31.135	15,72
Superávit Técnico Acumulado	36.029	31.135	15,72
Reserva de Contingência	4.276	4.263	0,30
Reserva para Revisão de Plano	31.753	26.872	18,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Jacques Mendes Meyohas
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF.: 893.164.107-97


Carlos Magno Ramos
Diretor Superintendente
CPF.: 367.575.197-04


João Gonçalves Barbosa Neto
Diretor de Assistência
CPF.: 227.184.607-25


Luis Pereira de Freitas
Contador
CRC.: RJ 034.521/O-9
CPF.: 215.018.587-34

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (valores expressos em milhares de reais exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e, das resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado, e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social com início de suas operações em 1987. Tem por objetivo suplementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Com o apoio da FioCruz, em 1993, o FioPrev iniciou a operação de um plano de saúde na modalidade de autogestão, o FioSaúde, com o objetivo de assegurar aos participantes e seus familiares assistência médica e hospitalar de qualidade a preços inferiores aos praticados pelo mercado.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições, que obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, publicada no DOU de 28 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis 108 e 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância às NBC TE 11, aprovada pela Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011, publicada no D.O.U. de 16 de março de 2011, Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

De acordo com o que consta no item 17, ANEXO C - NORMAS GERAIS, da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, foram instituídos para apresentação anual, pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, os seguintes demonstrativos contábeis, pareceres e manifestação, referentes ao exercício social:

- Balanco Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (consolidada e por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- Parecer dos Auditores Independentes;
- Parecer do Atuário, relativo a cada plano de benefícios previdencial;
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das Demonstrações Contábeis.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, são totalizados os saldos das contas dos Planos de Benefícios RJU e CLT, Plano de Gestão Administrativa – PGA e da Gestão Assistencial. De acordo com a faculdade prevista na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro 2009, de não apresentar as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade. Entretanto, o Instituto optou por apresentar as Demonstrações Contábeis de forma comparativa com o exercício anterior, para propiciar maior transparência das informações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade estão em conformidade com o item II – Procedimentos Operacionais, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e, são resumidas a seguir:

- As adições, contribuições previdenciárias e deduções, pagamento de benefícios, as receitas e despesas do PGA, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, da gestão de investimentos, são registrados segundo o princípio da competência.
- Os ativos de renda fixa: títulos públicos e créditos privados e depósitos, são registrados pelo custo de aquisição, com a inclusão das corretagens e dos emolumentos, e com evidência para o ágio e o deságio, quando aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos em razão do tempo decorrido, até a data do balanço.
- As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação ocorrida na comparação entre os valores registrados na contabilidade e os de mercado é reconhecida diretamente ao resultado. As bonificações, os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos contabilmente quando da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou outro ato que formalize a obrigação do emissor.
- Os fundos de investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, refletidas na cota diária. A mensuração das cotas segue conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- Os empréstimos e financiamentos referem-se aos empréstimos simples concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- Os registros das despesas administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à gestão previdencial, de investimentos e assistencial.

Com relação aos registros das despesas administrativas da gestão assistencial, no PGA, são transferidas para contas a receber em contrapartida com as respectivas despesas administrativas. Na gestão assistencial – ANS, são registradas nas despesas administrativas em contrapartida com o contas a pagar.

Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Regulamento do Imposto de Renda - RIR.

	% ao ano
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Intangível.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base no item II do ANEXO A da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

4.1. CUSTEIO – PLANO BD-FIOPREV

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

4.1.1. Para o conjunto de Benefícios

• Participantes

Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas, de maneira a manter a paridade contributiva entre Patrocinador e os Participantes (Emenda Constitucional nº 20/1998).

• Patrocinador

Contribuições, apurada com base na contribuição dos Participantes, Ativos e Assistidos, de modo a ser observada a paridade contributiva de que trata a Emenda Constitucional nº 20/98.

• Assistidos

Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

4.2. CUSTEIO – PLANO BD-RJU

O Plano foi criado após a instituição do Regime Jurídico Único – RJU pela Lei 8.112/90. Com o recebimento do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07/03/2007, que determinou a cessação imediata do repasse das contribuições da Patrocinadora FIOCRUZ, bem como a interrupção da concessão de novos benefícios, relativamente aos participantes abrangidos por este regime, assim como as pensões daí decorrentes, o FioPrev passou a receber apenas as contribuições dos participantes.

Pelo Ofício nº 2733/SPC/DEFIS, de 08/08/2007, o FioPrev foi autorizado a conceder benefícios de risco (pecúlio e suplementação de aposentadoria por invalidez proporcional) uma vez que estes são inteiramente custeados pelos participantes.

O custeio estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

4.2.1. Para o conjunto de benefícios

• Participantes

Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação.

• Autopatrocinados

Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação e paritariamente as contribuições que seriam de responsabilidade da patrocinadora (estas suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/07).

• Patrocinador

Contribuições mensais em valores idênticos ao dos participantes, suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/07.

• Assistidos

Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

O saldo desta rubrica está apresentado no quadro abaixo e compreende basicamente às contribuições relativas ao mês de dezembro, cujo repasse ao Instituto deverá ocorrer no mês de janeiro do exercício seguinte.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Recursos a Receber	849	941
Contribuições do mês	842	839
FIOCRUZ	-	-
FioPrev	-	4
Participantes	827	826
Autofinanciados	15	9
Contribuições normais em atraso	3	99
Participantes	2	98
Autofinanciados	1	1
Outros Recursos a Receber	4	3
Adiantamentos	-	1
Total da Gestão Previdencial	849	942

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

REALIZÁVEL DA GESTÃO DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira consolidada está composta em consonância com a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, publicada no DOU de 28 de setembro de 2009, registrada conforme quadro demonstrativo abaixo.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Títulos Públicos	69.601	62.615
Títulos públicos Federais	69.601	62.615
Créditos Privados e Depósitos	65.767	70.933
Instituições Financeiras	14.569	19.860
Companhias Abertas	38.729	27.507
Companhias Fechadas	12.469	21.472
Sociedades de Propósito Específico	-	2.094
Ações	16.183	15.038
Instituições Financeiras	2.513	2.391
Companhias Abertas	13.670	12.647
Fundos de Investimento	49.435	28.367
Multimercado	40.208	28.367
Direitos Creditórios	9.227	-
Investimentos Imobiliários	2.947	3.008
Aluguéis e Renda	2.947	3.008
Empréstimos e Financiamentos	6.027	5.204
Empréstimos	6.027	5.204
Total da Gestão de Investimentos	209.960	185.165

5.1.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme descrito na Política de Investimentos, o gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante e, como prudência, são mantidos recursos marcados a mercado suficientes para honrar os compromissos previdenciários no curto prazo. O total de recursos marcados a mercado, em 31.12.2010, R\$ 115.306, representava 62,39% da carteira de renda fixa.

Atendida a necessidade de liquidez e, em função da alta volatilidade das taxas de juros, que gera fortes oscilações na rentabilidade dos ativos de renda fixa, o FioPrev decidiu manter marcados na curva parte dos títulos públicos existentes na carteira de renda fixa. Os títulos privados, em particular, as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), também foram mantidas dessa forma por suas próprias características.

O total de recursos marcados na curva, em 31.12.2010, R\$ 69.496, representava 37,61% da carteira de renda fixa.

Títulos e Valores Mobiliários	Marcação Curva		Marcação à Mercado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional	22.406	21.073	47.194	41.543
Subtotal	22.406	21.073	47.194	41.543
Títulos Privados				
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	5.084
Cédula de Crédito Bancário	9.089	10.695	-	-
Cédula de Crédito Imobiliário	12.469	12.100	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.502	-	-	-
Debêntures	17.742	17.563	10.396	10.715
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	6.288	-	8.281	14.775
Subtotal	47.090	40.388	18.677	30.574
Fundos de Investimento				
Fundos Exclusivos	-	-	40.208	28.368
Fundos de Invest. Dir. Criad. - HDCs	-	-	9.227	-
Subtotal	-	-	49.435	28.368
Total	69.496	61.431	115.306	100.485

Em 31 de dezembro 2010, o FioPrev possuía títulos e valores mobiliários na carteira própria no montante de R\$ 135.368 mil. Em 31 de dezembro de 2009 este valor era de R\$ 133.548 mil.

5.1.2. Composição dos Títulos

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terciarizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/10	Gestão Terciarizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/09
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	-	69.601	69.601	-	62.616	62.616
Subtotal	-	69.601	69.601	-	62.616	62.616
Títulos Privados						
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	-	-	5.084	5.084
Cédula de Crédito Bancário	-	9.089	9.089	-	10.695	10.695
Cédula de Crédito Imobiliário	-	12.469	12.469	-	12.100	12.100
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	1.502	1.502	-	-	-
Debêntures	-	28.138	28.138	-	28.278	28.278
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	14.569	14.569	-	14.775	14.775
Subtotal	-	65.767	65.767	-	70.932	70.932
Fundos de Investimento						
Fundos Exclusivos	49.434	-	49.434	28.368	-	28.368
Subtotal	49.434	-	49.434	28.368	-	28.368
Mercado de Ações						
À Vista	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	49.434	135.368	184.802	28.368	133.548	161.916

5.1.3. Classificação dos Títulos por vencimento

Títulos Públicos	31.12.2010				Total
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Notas do Tesouro Nacional	-	6.936	19.043	43.622	69.601
Subtotal - R\$	-	6.936	19.043	43.622	69.601

Títulos Privados	31.12.2010				Total
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário	-	9.089	-	-	9.089
Cédula de Crédito Imobiliário	-	-	12.469	-	12.469
Certificados de Rec. Imobiliários	-	-	1.502	-	1.502
Debêntures	1.345	17.606	9.187	-	28.138
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	14.569	-	-	14.569
Subtotal - R\$	1.345	41.264	23.158	-	65.767
Total - R\$	1.345	48.200	42.201	43.622	135.368

Títulos Públicos	31.12.2009				Total
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	23.734	38.882	62.616
Subtotal - R\$	-	-	23.734	38.882	62.616
Títulos Privados					
Certificados de Depósitos Bancários	5.084	-	-	-	5.084
Cédula de Crédito Bancário	-	10.695	-	-	10.695
Cédula de Crédito Imobiliário	-	-	12.100	-	12.100
Debêntures	9.372	18.906	-	-	28.278
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	7.491	7.284	-	-	14.775
Subtotal - R\$	21.947	36.885	12.100	-	70.932
Total - R\$	21.947	36.885	35.834	38.882	133.548

Os títulos são registrados pelos valores de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

5.1.4 Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11ª Andar - De acordo com o que determinam as Resoluções CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, e a Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos. Em dezembro de 2009 foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira e o resultado da reavaliação foi de R\$ 1.122 mil. A próxima reavaliação deverá ocorrer até dezembro de 2012.

5.1.5 Empréstimos e Financiamentos

As operações com participantes estão suspensas por determinação do Conselho Deliberativo, após conhecimento da Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, que determina que os contratos devem conter cláusula de consignação de reserva de poupança.

As provisões para perdas, constituídas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 consideraram os critérios definidos pela Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos	9.554	11.125
Provisões para Perdas	(3.527)	(5.922)
Total	6.027	5.203

5.1.6 Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade e por terceiros, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

5.1.6.1 Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela RiskOffice através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

Segmento de Aplicação	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Renda Fixa	13,77%	10,09%
Renda Variável	3,45%	91,47%
Imóveis	7,96%	80,08%
Empréstimos	107,77%	9,13%
Consolidado (*)	14,49%	15,96%

(*) A meta atuarial (INPC + 5% a.a) do exercício de 2010 fechou em 11,79%. Em 2009, foi de 10,36% para o Plano BD-RJU que tinha como meta atuarial INPC + 6% a.a e, para o Plano BD-CLT, que tinha como meta INPC + 5% a.a, atingiu-se 9,32%.

6. GESTÃO ASSISTENCIAL

A partir do exercício de 2010, a entidade passou a apresentar os registros relativos ao plano assistencial de forma consolidada, nas rubricas 1.4. relacionadas ao ativo, 2.4. relacionadas ao passivo e 6. correspondentes as contas de resultado, todas com a nomenclatura GESTÃO ASSISTENCIAL, indicadas no plano de contas padrão instituído pela Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

Os registros contábeis analíticos serão efetuados e mantidos em contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão de Investimentos e da Gestão Administrativa, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

7.1. Na Gestão Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Benefício de Renda Continuada	83	512
Benefício de Pagamento Único	447	-
Retenções a Recolher	8	3
Outras Exigibilidades	649	30
Total	1.187	545

7.2. Na Gestão Administrativa – PGA, estão registrados os compromissos a pagar pertinentes a administração do respectivo Plano, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Pessoal e Encargos	514	193
Fornecedores	70	33
Convênios	4	-
Retenções a Recolher	57	18
Outras Exigibilidades	306	108
Total	951	352

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores referentes aos registros dos depósitos judiciais da Gestão Administrativa, relativos ao processo nº 19740.00255/2006-31, pertinente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 2006.81.01.011532-8, cujo objetivo é a suspensão do recolhimento de Pis e Cofins, pelo FioPrev, nos termos da Lei nº 9718/98, conforme quadro abaixo:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Contingências Tributárias	995	821
Total	995	821

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a avaliação atuarial posicionada em setembro de 2010.

A Consultoria Atuarial MERCER Consulting Ltda, contratada para prestar assessoria atuarial e realizar a avaliação atuarial nos seus planos de beneficiários. A MERCER, através do resultado da reavaliação, propôs algumas modificações nas premissas dos planos:

Plano BD-RJU

- Adequação da hipótese de crescimento salarial real de 0% em 2009 para 2% em 2010;

Plano BD-FIOPREV

- Mudança na Tábua de entrada em invalidez Light(Média) para Mercer Disability;
- Adequação da hipótese de crescimento salarial real de 3% em 2009 para 0% em 2010;
- Adequação da hipótese de determinação do valor real de benefícios de 1,00 em 2009 para 0,98 em 2010;

A Consultoria propôs a mudança no método de financiamento do atual Crédito Unitário Projetado para o Agregado em função da atual massa deste plano e do superávit técnico acumulado. Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e remetida a PREVIC para avaliação.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	41.372	38.001
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização	41.372	38.001
RJU	33.663	30.122
CLT	7.709	7.879
Benefícios a Conceder	9.396	9.172
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. Prog.	8.749	9.172
RJU	-	-
CLT	8.749	9.172
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. não Prog.	647	-
RJU	-	-
CLT	647	-
Total Provisões Matemáticas	50.768	47.173

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1. Resultados Realizados

Registra os valores relativos ao Superávit Técnico Acumulado, apurados anualmente, que serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas, sendo o excedente, se houver, destinados à formação da Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, bem como o item nº 27 do Anexo A – Normas Complementares da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados	82.945	71.927
Superávit Técnico Acumulado	82.945	71.927
Reserva de Contingência	12.692	11.794
Reserva para Revisão de Plano	70.253	60.133

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado positivo do Programa Previdencial	243	35
Fluxo dos Investimentos	23.531	22.663
Custeio Administrativo	-	(805)
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(3.596)	17.594
Constituição/Reversão de Fundos	(9.160)	(7.405)
(=) Superávit Técnico do Exercício	11.018	32.082



11. FUNDOS

11.1. Fundo Previdencial

Constituído em conformidade com os itens 2 e 3 do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, do plano de benefícios BD-RJU, data base dezembro de 2007, atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Fundo Previdencial	69.475	60.315
Total	69.475	60.315

11.2. Fundo Administrativo

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos. Sua remuneração se dá com base no resultado da gestão carteira de investimentos do PGA.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Fundos Administrativo	5.480	4.980
Total	5.480	4.980

11.3. Fundos de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.2010	31.12.2009
Fundos de Investimentos	1.493	1.300
Total	1.493	1.300

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A partir do exercício de 2010, as despesas administrativas dos planos BD-RJU e BD-FioPrev, incluindo as despesas administrativas com investimentos, serão custeadas de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - RPGA (instituído pela Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009), aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da terceira reunião ordinária do ano de 2009, realizada em 17 de dezembro de 2009.

O custeio administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA tem como fonte de recursos a remuneração obtida pela aplicação financeira dos recursos garantidores dos planos. Pelo RPGA o limite anual para custeio das despesas administrativas do Instituto equivale a 1% dos recursos garantidores. Entretanto, de acordo com o Artigo 15º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, o Instituto tem 60 meses, a contar de janeiro/2010, para se adequar ao limite estabelecido no RPGA.

Os recursos destinados pelos planos de benefícios executados pelo Instituto, para o plano de gestão administrativa, corresponderam a 1,27% dos recursos garantidores dos planos do último dia do exercício de 2010, conforme apresentado no quadro de indicadores de gestão administrativa abaixo:

Descrição	Indicadores de Gestão Administrativa			
	Exercícios findos em			
	31.12.2010	Limites	31.12.2009	Limites
Custeio Administrativo	2.588		2.986	
Recursos Garantidores	204.225	1,27%	185.073	1,61%

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.1. Parcelamento da dívida expressa no Ofício nº 37/2008/DIR-DIREH

O Termo de Parcelamento ajustado entre o FioPrev e a Fiocruz definiu a forma de atualização do valor original da dívida, a título de reembolso de remuneração e encargos sociais pela cessão do servidor Carlos Magno Ramos, de acordo com o parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001, expressa no Ofício nº 37/2008/DIR-DIREH, assim como, estabeleceu o prazo de 30 meses para ressarcimento o qual se encerra em junho de 2011.

13.2. Cédulas de Crédito Bancário da Resul S/A

A RESUL SA é uma sociedade anônima, constituída em 03/04/2007 com a finalidade específica de emitir Cédulas de Crédito Bancário – CCB, e adquirir direitos creditórios decorrentes das atividades de saúde da CELSP – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, efetuando a cessão fiduciária desses direitos creditórios aos detentores das cédulas.

No dia 11.02.2008, o FioPrev aplicou R\$ 7.000 mil em CCBs da RESUL, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% aa.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15.10.2009.

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães – Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a RESUL e a CELSP, avalista da operação. Processo nº 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R\$ 9.300 mil.

Em abril de 2010, conclui-se 100% de provisionamento para perdas referentes aos valores do ativo que, em 31.12.2010, montava R\$9.542 mil.

13.3. Ação ajuizada contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento

O FioPrev é parte integrante da Ação Ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada – ABRAPP, contra a União, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo mérito é obter o ressarcimento da diferença de reajuste do valor de face das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, decorrentes do critério praticado pelo BNDES/FND.

O processo 91.0123902-3 da 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro foi julgado procedente no que se refere ao direito das associadas receberem a correção das OFND, que faziam parte de suas carteiras de investimentos no período abrangido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, adotando o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, em vez do indicador Bônus do Tesouro Nacional – BTN, utilizado pela União para efetuar a referida correção. O FioPrev possuía em carteira o valor de Cr\$ 246.386 mil, em agosto de 1991. Embora o mérito tenha sido julgado procedente, o processo judicial ainda está em fase de liquidação.

Parecer atuarial - Plano BD-FioPrev

Demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios / plano BD-FioPrev

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		VALORES
24	ATIVO LÍQUIDO DO PLANO:	R\$ 53.134.815,95
25	RESERVAS MATEMÁTICAS:	R\$ 17.105.643,26
26	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:	R\$ 7.709.039,00
27	Benefícios do Plano:	R\$ 7.709.039,00
28	Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios:	R\$ 0,00
29	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
30	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
31	BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 9.396.604,26
32	Benefícios do Plano com a Geração Atual:	R\$ 13.369.290,26
33	Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual:	R\$ 0,00
34	Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 3.972.686,00
35	Benefícios do Plano com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
36	Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
37	Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
38	RESERVA A AMORTIZAR:	R\$ 0,00
39	Pelas Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
40	Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
41	DÉFICIT TÉCNICO:	R\$ 0,00
42	SUPERÁVIT TÉCNICO:	R\$ 36.029.172,69
43	RESERVA DE CONTINGÊNCIA:	R\$ 4.276.410,82
44	RESERVA PARA AJUSTES DO PLANO:	R\$ 31.752.761,87

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		VALORES
45	Aposentadorias:	13,53%
46	Invalidez:	0,91%
47	Pensão por Morte:	0,51%
48	Auxílio-Doença:	0,09%
49	Pecúlio por Morte:	2,27%
50	Resgate:	0,00%
51	Outros Benefícios:	0,00%
52	Outros Benefícios:	0,00%
53	Outros Benefícios:	0,00%
54	Total de Benefícios:	17,31%
55	Suplementar:	0,00%
56	Amortização do Déficit:	0,00%
57	Administração:	0,00%
58	Total:	17,31%
RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL		CONTRIBUIÇÕES
59	PATROCINADORES:	2,88%
60	Normal:	2,88%
61	Amortizante:	0,00%
62	PARTICIPANTES ATIVOS:	2,88%
63	Normal:	2,88%
64	Amortizante:	0,00%
65	PARTICIPANTES ASSISTIDOS:	5,00%

Resultado da Avaliação Atuarial – observações

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO: JANEIRO/2011

(1) O Ativo Líquido do Plano não inclui os valores dos Fundos dos Programas Administrativo e de Investimentos que, em 31/12/2010 montavam, respectivamente, as quantias de R\$ 814.253,48 e R\$ 380.407,19.

(2) Observamos que deve ser considerada a classificação das provisões matemáticas constantes do Parecer Atuarial, uma vez que a nomenclatura do DRAA ainda não está adaptada à Resolução nº 28, de 26/01/2009 e Instrução nº 34, de 24/09/2009.

(3) Os participantes assistidos contribuem com 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria.

HIPÓTESES ATUARIAIS

HIPÓTESES ATUARIAIS

A.1.a Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):	INPC (IBGE)
A.1.b Taxa Real Anual de Juros:	5,00%
A.2 Projeção de Crescimento Real de Salário:	0,00%
A.3 Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS:	0,00%
A.4 Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano:	0,00%
A.5 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários:	1
A.6 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade:	0,98
A.7 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS:	1
A.8 Hipóteses sobre gerações Futuras de Novos Entrados:	Não Utilizada
A.9.a Hipóteses sobre Rotatividade (percentual):	0
A.9.b Descrição das Hipóteses sobre Rotatividade:	Hipótese Nula
A.10.a Tábua Mortalidade Geral:	AT-2000
A.10.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade Geral:	Tábua segregada por sexo
A.11.a Tábua Mortalidade de Inválidos:	AT-83
A.11.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Tábua segregada por sexo
A.12.a Tábua Entrada em Invalidez:	MERCER DISABILITY
A.12.b Observação sobre a Tábua de Entrada em Invalidez:	Tábua segregada por sexo
A.13 Outras Tábuas Biométricas Utilizadas:	não há
A.14 Hipóteses sobre Composição de Família de Pensionistas:	Não aplicável. Foi utilizada a composição real da família dos pensionistas
<p>A.15 Outras Hipóteses não Referidas Anteriormente:</p> <p>Idade de Entrada de Aposentadoria: 100% dos Participantes se aposentam na 1ª. Elegibilidade a um benefício pleno.</p> <p>Hipótese de composição familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes da aposentadoria: foi utilizada a composição familiar adotada pelo atuário anterior; - Após a aposentadoria: Idade real do cônjuge para os aposentados e a composição familiar real para os pensionistas. 	

A.41 Observações:

- (1) Os campos de A.16 a A.19 não incluem os participantes autopatrocinados.
- (2) O campo A.22 não inclui os pensionistas.
- (3) O campo A.19 corresponde ao Salários Real de Benefício médio em 30/09/2010;
- (4) No campo A.23 foi informada a folha de Salários Real de Benefício anualizada, considerando 13 salários ao ano, sem considerar os participantes autopatrocinados.
- (5) No campo A.33 foi informada a quantidade de grupos familiares de pensionistas.
- (6) Foram informados os valores nominais de salários e benefícios da data base dos dados, ou seja, não estão com pico e capacidade.
- (7) Os campos A.28, A.31 e A.34 consideram o Benefício Saldado.

INFORMAÇÕES GERAIS

A.16 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Feminino:	45
A.17 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Masculino:	28
A.18 Tempo Médio de Filiação ao Plano:	9,53
A.19 Salário de Participação Médio:	R\$ 3.147,52
A.20 Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	2
A.21 Idade Média de Participantes Autopatrocinados:	51,75
A.22 Quantidade de Participantes Assistidos:	59
A.23 Folha de Salário de Participação:	R\$ 2.986.991,80
A.24 Quantidade de Aposentadorias Especiais:	0
A.25 Complementação Média de Aposentadorias Especiais:	R\$ 0,00
A.26 Idade Média de Aposentadorias Especiais:	0
A.27 Quantidade de Aposentadorias:	54
A.28 Complementação Média de Aposentadorias:	R\$ 663,20
A.29 Idade Média de Aposentadorias:	82,32
A.30 Quantidade de Aposentadorias por Invalidez:	5
A.31 Complementação Média de Aposentadorias por Invalidez:	R\$ 612,27
A.32 Idade Média de Aposentadorias por Invalidez:	70,56
A.33 Quantidade de Pensões:	48
A.34 Complementação Média das Pensões:	R\$ 597,32
A.35 Quantidade de Benefícios Diferidos:	9
A.36 Complementação Média de Benefícios Diferidos:	R\$ 661,19
A.37 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (1):	0
A.38 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (1):	R\$ 0,00
A.39 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (2):	0
A.40 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (2):	R\$ 0,00

Parecer atuarial / plano BD-FioPrev

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) mantido pela FIO- PREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente as Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

2. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativo e de Investimentos fornecidos pela FIOPREV.

PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 54.329.476,62
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	R\$ 53.134.815,95
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 17.105.643,26
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 7.709.039,00
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	R\$ 7.709.039,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 3.607.474,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 4.101.565,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 9.396.604,26
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR (ES)/ INSTITUIDOR (ES)	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	R\$ 8.748.684,26
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	R\$ 12.436.757,26
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 1.844.036,50
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 1.844.036,50
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	R\$ 647.920,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	R\$ 932.533,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 142.306,50
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 142.306,50
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	R\$ 0,00
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	R\$ 0,00
(-) SERVIÇO PASSADO	R\$ 0,00
(-) PATROCINADOR (ES)	R\$ 0,00
(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ 0,00
(-) PATROCINADOR (ES)	R\$ 0,00
(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	R\$ 0,00
(+/-) PATROCINADOR (ES)	R\$ 0,00
(+/-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(+/-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 36.029.172,69
RESULTADOS REALIZADOS	R\$ 36.029.172,69
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 36.029.172,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 4.276.410,82
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	R\$ 31.752.761,88
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 0,00
RESULTADOS A REALIZAR	R\$ 0,00
FUNDOS	R\$ 1.194.660,67
FUNDOS PREVIDENCIAIS	R\$ 0,00
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	R\$ 0,00
REVISÃO DE PLANO	R\$ 0,00
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	R\$ 0,00
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 814.253,48
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	R\$ 380.407,19



Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela FIOPREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela FIOPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos dos Programas Administrativo e de Investimentos.

Observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Cabe ressaltar que o Superávit Técnico apurado foi contabilizado na subconta Reserva de Contingência de acordo com o previsto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, sendo, o seu excedente utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

A avaliação atuarial com as premissas de tábua de mortalidade geral AT-2000 e taxa de desconto atuarial de 5% resultou na apuração da Reserva para Revisão de Plano no montante de R\$ 31.752.761,88. A Reserva para Revisão do Plano está constituída há mais de 3 exercícios. Respeitando os termos da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, a Entidade solicitou à PREVIC em 22/03/2011 a alteração do método de financiamento para o Agregado para avaliação de todos os benefícios do plano, exceto o Auxílio-Doença, para posteriormente definir a utilização desta reserva, uma vez que apesar de o Plano não estar fechado à novas adesões, as entradas de participantes são reduzidas e este método gera mais estabilidade na avaliação do seu custo, que seria nivelado e portanto sujeito à menos oscilações.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- (1) O Regulamento do Plano de Benefícios vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);
- (2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela FIOPREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.
- A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.
- (3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;
- (4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela FIOPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos dos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos.
- (5) O fato de que o Plano somente concede os benefícios de risco (Aposentadoria por Invalidez e respectiva reversão em Pensão por Morte e o Pecúlio por Morte), tendo em vista o ofício nº 2.733/SPC/DEFIS de 08/08/2007.

Observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Resolução CGPC nº 26/2008, esclarecemos que o Fundo do Programa Previdencial do Plano, no valor de R\$ 69.474.504,76, foi constituído pelo atuário anterior do Plano na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2008, e devidamente atualizado até a data da presente avaliação atuarial. Este valor permanecerá registrado em Fundo Previdencial até a decisão do Conselho quanto à sua destinação.

Cabe ressaltar que o Superávit Técnico apurado foi contabilizado na subconta Reserva de Contingência de acordo com o previsto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, sendo, o seu excedente utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano, pelo segundo ano consecutivo

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) com base nos seguintes níveis:

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir em R\$
½ Teto	2,10%	0,00
½ Teto ao Teto	3,50%	24,27
Teto a 3 vezes Teto	8,40%	194,17

“Onde: Teto = Teto do Salário de Contribuição do INSS;”



Estas contribuições, a partir da população ativa do Plano na data da avaliação, correspondem, em média, a 2,88% da folha de salários.

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora à FIOPREV em decorrência da vinculação do Participante ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2011.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício.

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuição Normal de Patrocinadora de valor equivalente ao da Contribuição Normal de Participante.

Essas contribuições, a partir da população ativa do Plano na data da avaliação, correspondem, em média, a 2,88% da folha de salários.

Despesas Administrativas

As despesas com a administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.

5. Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pela FIOPREV, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% dos recursos garantidores dos planos no último dia do exercício a que se referir, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios Definido (Plano CLT) da FIOPREV está superavitário em 31/12/2010. A utilização de parte deste superávit deverá ser realizada respeitando-se os termos da Resolução CGPC Nº 26, de 29 de setembro de 2008, após a aprovação da alteração do método atuarial e definição do Conselho Deliberativo quanto a sua utilização.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2011

Mercer Human Resource Consulting Ltda.
Mônica Quelhas Tavares Pereira – MIBA nº 866

Parecer atuarial - Plano BD-RJU

Demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios / plano BD-RJU

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	VALORES
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO:	R\$ 80.578.972,69
RESERVAS MATEMÁTICAS:	R\$ 33.662.586,00
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:	R\$ 33.662.586,00
Benefícios do Plano:	R\$ 33.662.586,00
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios:	R\$ 0,00
Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 0,00
Benefícios do Plano com a Geração Atual:	R\$ 0,00
Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual:	R\$ 0,00
Outras Contribuições da Geração Atual:	R\$ 0,00
Benefícios do Plano com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras:	R\$ 0,00
Outras Contribuições das Gerações Futuras:	R\$ 0,00
RESERVA A AMORTIZAR:	R\$ 0,00
Pelas Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes:	R\$ 0,00
DÉFICIT TÉCNICO:	R\$ 0,00
SUPERÁVIT TÉCNICO:	R\$ 46.916.386,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA:	R\$ 8.415.646,50
RESERVA PARA AJUSTES DO PLANO:	R\$ 38.500.740,18

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	CUSTO
45 Aposentadorias:	0,00%
46 Invalidez:	0,76%
47 Pensão por Morte:	0,00%
48 Auxílio-Doença:	0,00%
49 Pecúlio por Morte:	0,40%
50 Resgate:	0,00%
51 Outros Benefícios:	0,00%
52 Outros Benefícios:	0,00%
53 Outros Benefícios:	0,00%
54 Total de Benefícios:	1,16%
55 Suplementar:	0,00%
56 Amortização do Déficit:	0,00%
57 Administração:	0,00%
58 Total:	1,16%
RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	CONTRIBUIÇÕES
59 PATROCINADORES:	0,00%
60 Normal:	0,00%
61 Amortizante:	0,00%
62 PARTICIPANTES ATIVOS:	1,00%
63 Normal:	1,00%
64 Amortizante:	0,00%
65 PARTICIPANTES ASSISTIDOS:	5,00%

RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – OBSERVAÇÕES

(1) O Ativo Líquido do Plano não inclui os valores dos Fundos dos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos que, em 31/12/2010 montavam, respectivamente, as quantias de R\$ 69.474.504,76, R\$ 4.693.861,75 e R\$ 1.112.805,30.

(2) Observamos que deve ser considerada a classificação das provisões matemáticas constantes do Parecer Atuarial, uma vez que a nomenclatura do DRAA ainda não está adaptada à Resolução nº 28, de 26/01/2009 e Instrução nº 34, de 24/09/2009.

(3) Os participantes assistidos contribuem com 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria. Os participantes aposentados pelo Regime Jurídico Único com direito somente ao benefício de Pecúlio contribuem com 1% sobre o Salário Real de Benefício.



HIPÓTESES ATUARIAIS

A.1.a Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):	INPC (IBGE)
A.1.b Taxa Real Anual de Juros:	5,00%
A.2 Projeção de Crescimento Real de Salário:	2,00%
A.3 Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS:	0,00%
A.4 Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano:	0,00%
A.5 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários:	1
A.6 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade:	0,98
A.7 Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS:	0
A.8 Hipóteses sobre gerações Futuras de Novos Entrados:	Não Utilizada
A.9.a Hipóteses sobre Rotatividade (percentual):	0
A.9.b Descrição das Hipóteses sobre Rotatividade:	Hipótese Nula
A.10.a Tábua Mortalidade Geral:	AT-2000
A.10.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade Geral:	Tábua segregada por sexo
A.11.a Tábua Mortalidade de Inválidos:	AT-83
A.11.b Observação sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Tábua segregada por sexo
A.12.a Tábua Entrada em Invalidez:	MERCER DISABILITY
A.12.b Observação sobre a Tábua de Entrada em Invalidez:	Tábua segregada por sexo
A.13 Outras Tábuas Biométricas Utilizadas:	Não há
A.14 Hipóteses sobre Composição de Família de Pensionistas:	Não aplicável. Foi utilizada a composição real da família dos pensionistas
<p>A.15 Outras Hipóteses não Referidas Anteriormente:</p> <p>Idade de Entrada de Aposentadoria: 100% dos Participantes se aposentam na 1ª. Elegibilidade a um benefício pleno.</p> <p>Hipótese de composição familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes da aposentadoria: foi utilizada a composição familiar adotada pelo atuário anterior; - Após a aposentadoria: Idade real do cônjuge para os aposentados e a composição familiar real para os pensionistas. 	

A.41 Observações:

- 1) Os campos de A.16 a A.19 não incluem os participantes autopatrocinados.
- 2) O campo A.22 não inclui os pensionistas.
- 3) O campo A.19 corresponde ao Salários Real de Benefício médio em 30/09/2010;
- 4) No campo A.23 foi informada a folha de Salário Real de Benefício anualizada, considerando 13 salários ao ano, sem considerar os participantes autopatrocinados.
- 5) No campo A.33 foi informada a quantidade de grupos familiares de pensionistas.
- 6) Foram informados os valores nominais de salários e benefícios da data base dos dados, ou seja, não estão com pico e capacidade.
- 7) Além dos participantes acima, há 857 participantes com direito apenas ao pecúlio.

INFORMAÇÕES GERAIS

A.16 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Feminino:	1982
A.17 Quantidade de Participante Ativo do Sexo Masculino:	1508
A.18 Tempo Médio de Filiação ao Plano:	18,11
A.19 Salário de Participação Médio:	R\$ 9.589,64
A.20 Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	54
A.21 Idade Média de Participantes Autopatrocinados:	50,75
A.22 Quantidade de Participantes Assistidos:	179
A.23 Folha de Salário de Participação:	R\$ 435.082.175,84
A.24 Quantidade de Aposentadorias Especiais:	0
A.25 Complementação Média de Aposentadorias Especiais:	R\$ 0,00
A.26 Idade Média de Aposentadorias Especiais:	0,00
A.27 Quantidade de Aposentadorias:	39
A.28 Complementação Média de Aposentadorias:	R\$ 536,67
A.29 Idade Média de Aposentadorias:	71,75
A.30 Quantidade de Aposentadorias por Invalidez:	140
A.31 Complementação Média de Aposentadorias por Invalidez:	R\$ 1.046,34
A.32 Idade Média de Aposentadorias por invalidez:	56,21
A.33 Quantidade de Pensões:	17
A.34 Complementação Média das Pensões:	R\$ 402,93
A.35 Quantidade de Benefícios Diferidos:	0
A.36 Complementação Média de Benefícios Diferidos:	R\$ 0,00
A.37 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (1):	0
A.38 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (1):	R\$ 0,00
A.39 Quantidade de Outros Benefícios Vitalícios (2):	0
A.40 Complementação Média de Outros Benefícios Vitalícios (2):	R\$ 0,00

Parecer atuarial / plano BD-RJU

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) mantido pela FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente as Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

2. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdencial, Administrativo e de Investimentos fornecidos pela FIOPREV.

PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 155.860.144,49
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	R\$ 80.578.972,68
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 33.662.586,00
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.....	R\$ 33.662.586,00
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA.....	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS.....	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	R\$ 33.662.586,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS – ASSISTIDOS.....	R\$ 3.019.671,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS – ASSISTIDOS.....	R\$ 30.642.915,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER.....	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	R\$ 0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	R\$ 0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	R\$ 0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	R\$ 0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES.....	R\$ 0,00
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	R\$ 0,00
(-) SERVIÇO PASSADO	R\$ 0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ 0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	R\$ 0,00
(+/-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
(+/-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
(+/-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 46.916.386,68
RESULTADOS REALIZADOS.....	R\$ 46.916.386,68
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 46.916.386,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	R\$ 8.415.646,50
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO.....	R\$ 38.500.740,18
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO.....	R\$ 0,00
RESULTADOS A REALIZAR.....	R\$ 0,00
FUNDOS.....	R\$ 75.281.171,81
FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	R\$ 69.474.504,76
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR.....	R\$ 69.474.504,76
REVISÃO DE PLANO.....	R\$ 0,00
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	R\$ 0,00
FUNDOS ADMINISTRATIVOS.....	R\$ 4.693.861,75
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	R\$ 1.112.805,30



Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela FIOPREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela FIOPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos dos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

(5) O fato de que o Plano somente concede os benefícios de risco (Aposentadoria por Invalidez e respectiva reversão em Pensão por Morte e o Pecúlio por Morte), tendo em vista o ofício nº 2.733/SPC/DEFIS de 08/08/2007.

Observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Resolução CGPC nº 26/2008, esclarecemos que o Fundo do Programa Previdencial do Plano, no valor de R\$ 69.474.504,76, foi constituído pelo atuário anterior do Plano na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2008, e devidamente atualizado até a data da presente avaliação atuarial. Este valor permanecerá registrado em Fundo Previdencial até a decisão do Conselho quanto à sua destinação.

Cabe ressaltar que o Superávit Técnico apurado foi contabilizado na subconta Reserva de Contingência de acordo com o previsto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, sendo, o seu excedente utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano, pelo segundo ano consecutivo.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juro (1).....	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1).....	2,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1).....	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1).....	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	1
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Nula
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas (3)	Ver nota

Observações:

- (1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;
- (2) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo;
- (3) Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 30/09/2010, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo FIOPREV e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2007 do CGPC, encontra-se arquivado na FIOPREV.

O método atuarial adotado foi o de Repartição de Capital de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte e Repartição Simples para o Pecúlio por Morte referente aos benefícios a conceder. Para os benefícios já concedidos o método atuarial adotado foi o Agregado.

A hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0% a.a. para 2% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras. A alteração desta hipótese não causa impacto nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder tendo em vista que os métodos atuariais adotados foram os de Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples e portanto não há constituição de reservas.

Informamos que, com exceção da hipótese de crescimento salarial real, não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2009.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) com base nos seguintes níveis:

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar Contribuição Normal de Participante, conforme definido no Regulamento, equivalente a 1% do Salário de Participação do Plano de Benefícios.

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora a FIOPREV em decorrência da vinculação do Participante ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2011.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício.

Patrocinadora

A Contribuição Normal de Patrocinadora será nula no exercício 2011.

Despesas Administrativas

As despesas com a administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.



5. Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pela FIOPREV, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% dos recursos garantidores dos planos no último dia do exercício a que se referir, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios Suplementar do Regime Jurídico Único (Plano RJU) está superavitário. No entanto, a Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2011.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Mônica Quelhas Tavares Pereira – MIBA nº 866

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV (PLANOS DE BENEFÍCIOS)

Rio de Janeiro - RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, que compreendem o balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por planos de benefícios do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela PREVIC.

5. Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do Plano Assistencial elaboradas e divulgadas em 31 de dezembro de 2010 foram auditadas por outros auditores independentes, conforme relatório datado de 15/02/2011, que não conteve modificações.

6. Auditoria do exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela PREVIC foram alteradas desde 2010. O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, ora apresentado para fins de comparação foi por nós auditado e nosso relatório sobre o mesmo, datado em 12 de março de 2010, não conteve modificação, mas apresentou parágrafos de ênfase, com enfoques na operacionalidade do Plano de Saúde – FioSaúde e a indefinição do julgamento sobre a suspensão da imunidade tributária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2011.

Fernando Motta & Associados
Auditores Independentes
CRCMG - 757/O – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador
CRCRJ – 046.114/O

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2010, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 2010.

Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer dos Auditores – Fernando Motta & Associados e do Parecer Atuarial emitido pela atuária Mônica Quelhas Tavares Pereira - MIBA nº 866, da Consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, consideradas as recomendações efetuadas para melhoria dos controles internos e da gestão da entidade apontados pelo Colegiado, constantes no Quadro-resumo dos Apontamentos do Conselho Fiscal – Janeiro a Dezembro 2010, com o objetivo de atender a Resolução CGPC Nº. 13 - no que tange ao estabelecimento de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pela entidade, demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

Observa-se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2009, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de Março de 2010.

Maria Ieda Santos Cruz
Presidente

José Francisco Pedra Martins
Titula

Liciana Vivório Cardoso
Suplente

Valéria Alencar Linhares Simões
Suplente



Parecer do Conselho Deliberativo

Com fulcro no inciso V do artigo 21 do estatuto do FioPrev, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social pela Portaria 979, de 27/08/2002, publicada no Diário Oficial da União, de 28/08/2002 este Conselho deliberou pela aprovação das contas do exercício de 2010 do FioPrev.

Rio de Janeiro, 31 de Março de 2011.

Leila de Mello Yañez Nogueira
Membro Presidente

Vanessa Costa e Silva
Membro

Lucia Helena da Silva
Membro

Sueli Maria Motta Cardoso
Membro

Maria Amalia do Nascimento Monteiro
Membro

Sônia Aparecida Freitas de Pinho
Membro

